



Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias
de Fiscalização do Exercício Profissional e
Entidades Coligadas no Estado de São Paulo



Filiado à
FENASERA



90

UM ANO DE MUITA LUTA

As ações no SINSEXP, FENASERA e CUT consolidam mais um ano de luta e definem a palavra de ordem para 2008 - mobilização

Reunião do Sindicato no CRMV



O SINSEXP presente no 1º de Maio da CUT



Direção do SINSEXP com o presidente eleito para a FENASERA

Um ano de dificuldades e desafios

O ano de 2007 não foi dos mais fáceis para o Sindicato e para a categoria. As incertezas, os temores de demissão, as demissões de fato, tentativas de desestabilização, arbitrariedades, enfim, uma série de dificuldades se colocaram no caminho tornando nossa jornada ainda mais difícil. Como se não bastasse, tivemos de enfrentar a rebeldia sem causa dentro de nossa própria organização. Mas nada impediu que continuássemos firmes no propósito de fazer va-

ler direitos e conquistas de anos de muito trabalho. Fomos à Justiça, às ruas e a todas as instâncias possíveis para defender nossos ideais, que priorizam sobretudo condições dignas de trabalho. Juntamos nossas forças à de outros companheiros, reivindicamos e engrossamos as mobilizações em prol de todos os trabalhadores. E assim será sempre. Muito melhor ainda se todos se conscientizarem de que, somente unidos e fortes, alcançaremos cada vez mais vitórias.

Movimento sindical conquista garantia de negociação coletiva



O governo federal anunciou, na semana passada, que enviará as Convenções 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho, da ONU) para ratificação no Congresso Nacional. Trata-se de uma importante conquista para todo o movimento sindical. A Convenção 151 estabelece como princípio de Estado a garantia de negociação coletiva no setor público. Após ratificada, a Convenção deverá ser regulamentada. A CUT - Central Única dos Trabalhadores defende que seja aplicado o projeto de um sistema de negociação permanente no serviço público, com participação dos usuários. O projeto, elaborado em conjunto pelas entidades dos servidores federais, CUT e o governo, está em fase de conclusão, mas já alcançou consenso na maioria dos pontos.

Já a Convenção 158 representa um importante avanço para os trabalhadores da iniciativa privada, pois estabelece como política de Estado o fim da prática da demissão sem justa causa no País. As regras dessa nova realidade também serão detalhadas em regulamentação, o

que vai envolver debate entre sindicatos de trabalhadores, empresariado e Congresso Nacional. Outra conquista anunciada pelo governo federal é a garantia de que representantes dos trabalhadores sejam eleitos para os conselhos de administração de todas as empresas estatais federais, mecanismo que vai ampliar a democratização nos locais de trabalho e permitir aos sindicatos que acompanhem e exerçam influência nas decisões das empresas.

Para o presidente da CUT, Arthur Henrique, as três conquistas são resultado da mobilização permanente dos trabalhadores por meio de marchas e manifestações. Sobre a redução da jornada sem redução de salários, uma das bandeiras da 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em Brasília, no dia 5 de dezembro, o governo federal prometeu abrir negociações no menor prazo possível. A novidade, no entanto, é a possibilidade de um grande referendo popular para definição deste assunto. A idéia, ainda no plano informal, deverá ser debatida entre as centrais sindicais.

EXPEDIENTE

SINSEXPRO O COMPANHEIRO

SINSEXPRO

Rua Florêncio de Abreu, 157 - 1º andar
Cj. 105 - São Paulo - SP - CEP 01029-901
Tel.: (11) 3228-1867 / 3228-7956 / 3228-5171
Fax: (11) 3228-8345
sinsexpro@sinsexpro.org.br
www.sinsexpro.org.br

SECRETARIA GERAL

sinsexpro@sinsexpro.org.br
Inês Granada Pedro (CREA)

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

juridica@sinsexpro.org.br
Percival de Souza (CRESS) - Coordenador
Francisco de Paula Ferreira (CREA)
Janaina Macedo Calvo (CREA)

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

comunicacao@sinsexpro.org.br
Alexandra Mancini de Oliveira (CREA)

SECRETARIA DE FINANÇAS

financeira@sinsexpro.org.br
Flávio Sérgio Gomes da Costa (CRC)

SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES SINDICAIS

formacao@sinsexpro.org.br
Carlos Tadeu Vilanova (CREA)

SECRETARIA SOCIAL

social@sinsexpro.org.br
Elba Celia Magalhães Alves (CREA) - Coordenadora
Lucimary Rodrigues Barbosa (CRFa)

CONSELHO FISCAL

Francisco Rodrigues Marques (CRC)
Lia Mara Checa (CRP)
Kellen Cristina Zanin (CRTR)
Henrique Rodrigues Lobo (OAB)
Edith Aparecida Macedo (CRTR)
João Marcos Ultramar Quintero (CRF)

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

Cláudia Teodoro - Mtb. 24.191
Selma Munhoz - Mtb. 20.811

PROJETO GRÁFICO/EDIÇÃO

Guilherme Gonçalves/Depordê Design
(11) 6947-1219 / 8138-1267
deporde@terra.com.br

IMPRESSÃO

Forma Certa - (11) 3672-2727

UNIÃO É VITÓRIA

Mobilizações coletivas marcaram o ano de 2007

As atividades do SINSEXPRO em 2007 foram bastante intensas não só em favor da categoria, mas também de toda a classe trabalhadora. Foram diversas as manifestações das quais o Sindicato participou em apoio às bandeiras de luta da CUT - Central Única dos Trabalhadores. No dia 8 de março, como tradicionalmente acontece, as mulheres foram às ruas, desta vez num imenso repúdio à presença do presidente George Bush que estava no Brasil na ocasião. Além de condenar veemente a política imperialista de Bush, as trabalhadoras também resgataram importantes vitórias conquistadas nos últimos anos, como a Lei Maria da Penha, que incrimina os agressores que usam a violência sobre as suas esposas.

Em 1º de maio, Dia do Trabalhador, após um longo impasse sobre o local onde seria realizada a festa da CUT, finalmente os trabalhadores puderam se reunir na esquina mais famosa de São Paulo, as avenidas Ipiranga com São João. Um milhão de pessoas compareceu ao evento apoiando o eixo temático do dia de lutas: "Desenvolvimento econômico com distribuição de renda, valorização do trabalho e defesa do meio ambiente". A polêmica Emenda 3 também esteve na pauta do dia ganhando logo em seguida novos protestos por todo o País.

No dia 23 de maio, uma série de mobilizações coordenadas pela CUT ganharam as ruas e estradas. Em São Paulo, o

alvo principal das manifestações contra a Emenda 3 foi a sede da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, localizada na avenida Paulista. A Emenda 3 foi vetada pelo presidente após ter sido aprovada pelo Congresso Nacional. Incluída no texto que criou a Receita Federal do Brasil, ou Super Receita, proíbe os fiscais do governo de atuar em empresas prestadoras de serviço formadas por um único trabalhador, retira dos trabalhadores direitos como 13º salário, férias, FGTS entre outros.

No mês de novembro, os trabalhadores de São Paulo fizeram nova mobiliza-



O Sindicato também participou das manifestações contra a Emenda 3

ção, desta vez com uma carreta até a Assembléia Legislativa, por uma política de combate à desigualdade e à concentração de rendas; contra a informalidade e o desemprego; pelo desenvolvimento regional (criação de câmaras se-



SINSEXPRO na IV Marcha da Classe Trabalhadora

toriais e regionais) e pela democracia com os movimentos sociais por meio da abertura de canais de negociação. As reivindicações foram entregues ao governador José Serra.

Em dezembro, no dia 5, a IV Marcha da Classe Trabalhadora reuniu mais de 40 mil pessoas em Brasília em defesa da manutenção e ampliação de direitos, da geração de emprego e distribuição de renda. O ato político em frente ao Congresso Nacional contou com a participação de inúmeros parlamentares, que manifestaram solidariedade com o movimento, enfatizando a sua importância para que a Câmara Federal aprove o acordo firmado pelas centrais sindicais com o governo, garantindo o seu reconhecimento legal e o custeio. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, se comprometeu a agilizar o Projeto de Lei de Reconhecimento das Centrais, recentemente aprovado por unanimidade no Senado.

Na FENASERA, uma lamentável dissidência

No mês de novembro, o VII CONASERA entrou para a história da FENASERA, nossa federação nacional, como o mais tumultuado, desafiador e, no entanto, mais maduro Congresso destes nossos 15 anos de lutas. O evento ocorreu em Vitória-ES com a participação de companheiros de 11 estados. Mas as atividades acabaram concentradas num só dia porque aconteceram sob constantes ataques das delegações da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que não respeitaram as normas do Estatuto da FENASERA e as decisões de diretoria da entidade. Mesmo assim, os delegados legalmente inscritos no congresso consagraram a eleição da diretoria que conduzirá a Federação no período 2007 a 2010. A briga jurídica, no entanto, continua, com os dissidentes querendo assumir a direção da entidade a qualquer custo. Os dirigentes eleitos, no entanto, estão convictos de que agiram corretamente, com o verdadeiro espírito de união e solidariedade que tanto se faz necessário para organizar os trabalhadores de nossa categoria.

Seminário debateu regime de contratação da categoria

No mês de setembro, o SINSEXPRO realizou o seminário "Trabalhadores de Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional: Funcionários Públicos ou Celetistas". O objetivo foi explicar aos trabalhadores da categoria os fatos que envolvem as contratações, demissões e regime de trabalho nas autarquias. O encontro foi realizado na sede do Conselho Regional de Psicologia - CRP. Além dos diretores do Sindicato, estavam presentes a assessora jurídica da Apeoesp, que fez um paralelo entre a situação dos professores da rede estadual de ensino e os funcionários dos Conselhos/Ordens. O assessor jurídico do SINSEXPRO, Arthur dos Santos, também participou do Seminário esclarecendo muitas dúvidas dos companheiros. O advogado lembrou que um dos maiores problemas nas autarquias é a demora na definição da situação dos funcionários, porém, destacou que todos são servidores públicos e têm de ter a garantia de que não serão dispensados injustamente.

Autarquias que fecharam Acordo Coletivo em 2007

A Campanha Salarial de 2007 foi marcada por muita negociação, boas surpresas e decepções também. Mas as autarquias que democraticamente negociaram com o Sindicato souberam perceber que não há decisão judicial definitiva que impeça os Acordos Coletivos já que o Tribunal Regional de São Paulo reconhece e homologa os mesmos. O próprio TCU - Tribunal de Contas da União também pode questionar benefícios concedidos sem respaldo em ACT. Entretanto, ainda que houvesse decisão judicial contrária aos acordos, são essas as autarquias que estão em consonância com o olhar atual para questões de responsabilidade social, prevalência do diálogo para dirimir conflitos de interesses e firmando sua autonomia, na medida em que negociam com o Sindicato enquanto buscam saída para uma decisão que,

se nos alcança, é apenas por desconhecimento do Judiciário de como são instituídas as autarquias de fiscalização profissional.

Veja a seguir quem fechou o Acordo Coletivo:

CRTR - Conselho Regional de Técnicos em Radiologia; **CFBiom** - Conselho Federal de Biomedicina; **CRBiblio** - Conselho Regional de Biblioteconomia; **CREF** - Conselho Regional de Educação Física; **CRF** - Conselho Regional de Farmácia; **CRF^a** - Conselho Regional de Fonoaudiologia; **CRMV** - Conselho Regional de Medicina Veterinária; **CRP** - Conselho Regional de Psicologia; **CRQ** - Conselho Regional de Química; **CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social; **OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Regional de Contabilidade - **CRC**.

Embora tenha fechado o ACT, o CRC vem causando preocupação. Ao longo do ano respeitou todo o processo

de negociação com o SINSEXPPO. Sua proposta inicial de Acordo foi rejeitada pelos funcionários, houve renegociação e o Acordo foi fechado, inclusive com o importante avanço da instalação de mesa de negociação permanente. Mas, ao término do seu mandato, o presidente resolveu dar apenas más notícias: anunciou o cancelamento de compensação de dias intercorrentes, obrigando os funcionários a trabalharem em dias que sempre folgaram; tem causado intranquilidade com instauração de processos administrativos e auditorias surpresa em computadores e, pior de tudo, informou que as subsedes serão fechadas ao longo de 2008, o que desestabilizou por completo os funcionários dessas unidades de trabalho e suas famílias. O ano de 2008 no CRC promete ser de muito embate.

Luta do Sindicato alcança toda a categoria

A principal bandeira de luta do Sindicato sempre foi a defesa dos interesses dos trabalhadores os quais representa e a manutenção de seus empregos. Ao longo de sua trajetória, vem atuando de todas as formas para fazer valer direitos e benefícios que tragam um pouco mais de dignidade e de qualidade de vida para os funcionários das autarquias. Mas alguns parecem não reconhecer os resultados dessa luta, embora se beneficiem das vitórias quando estas são alcançadas. Quando o Acordo Coletivo é assinado, os não sindicalizados gozam dos mesmos direitos daqueles que são filiados ao Sindicato. No entanto, são os primeiros a declarar oposição ao pagamento da Contribuição Negocial. Por exigência do Ministério Público, o prazo para declarar oposição ao pagamento é de 10 dias. É espantoso ver como muitos se dirigem à sede do Sindicato, durante o expediente e, portanto, sendo descontados de seus vencimentos, para dizer NÃO a uma contribuição



que é determinante para a continuidade de uma luta que é de todos. Diante disso, vale lembrar que aqueles que agem dessa forma não entenderam ainda o que é organização da classe trabalhadora e o quanto ela é decisiva na construção de uma sociedade igualitária.

Os que substituíram negociação por decisão unilateral

Entre as autarquias que não quiseram negociar com o Sindicato buscando outras formas de dar continuidade a concessões já conquistadas pelos trabalhadores em Acordo Coletivo, o quadro instalado mostra que, a princípio, essa atitude poderia significar apenas mais um embate político já que as mesmas buscam a descaracterização da ação sindical valendo-se de decisão equivocada do Judiciário para agir unilateralmente. Mas um dado fundamental prova que não é "só" embate político porque em TODAS as autarquias que baixaram Portarias e Atos Administrativos, o texto mudou para pior, retirou benefícios já assegurados, prejudicou os já existen-

tes e refletiu que, só na mão do patrão, sem ação do Sindicato e pressão dos funcionários, as condições de trabalho apenas pioram, como acontece há séculos no mundo todo e em particular no Brasil. Confira a seguir a situação em duas destas autarquias:

CREA - O Conselho Regional de Eng^a, Arq^a e Agr^a ficou com "um pé em cada barca" neste ano. Repôs a inflação, concedeu aumento real e abono de Natal aos funcionários. Mas o abono não foi para todos e, contrariando o discurso de transparência e legalidade, o Conselho atravessou o ano com ações mal explicadas - avaliação de mérito e Plano de Cargos e Salários não foram es-

clarecidos nem com intervenção na Delegacia Regional do Trabalho e permanece sobre as cabeças dos funcionários alcançados pelo pior TAC - Termo de Ajustamento de Conduta da categoria a nuvem negra da demissão.

CREMESP - O Conselho Regional de Medicina, que já foi referência na categoria em passado recente, conseguiu desconstruir o Acordo Coletivo e instalar tamanho descontentamento e desinformação entre os funcionários que até os que passam em concurso lá logo migram para outra autarquia.

Na mira do Ministério Público, o Conselho, claro, mantém péssimas relações com o SINSEXPRO atualmente.



Os que abusam das arbitrariedades

Algumas autarquias só lidam com o Sindicato através da Justiça do Trabalho. E como era de se esperar, são justamente nessas que se verificam os maiores abusos e de onde o Sindicato mais recebe queixas de pessoal. Para essas só há dois caminhos: organização e mobilização dos funcionários e recursos sistemáticos ao Judiciário, já que as diretorias entendem ser esse o único caminho para solução de problemas. Veja quem são:

CONRERP e CONRE - Os conselhos regionais de Relações Públicas e de Estatística sequer têm funcionário registrado, quanto mais exercer fiscalização profissional. Não por acaso estão na mira do Ministério Público.

CORCESP - O Conselho Regional de Representantes Comerciais nem mesmo protocola recebimento de expedientes do Sindicato, que devem ser enviados pelo correio. Como reflexo, tem os salários mais baixos da categoria, a maior rotatividade de pessoal (mesmo entre concursados, pois o Conselho foi obrigado pelo MP a realizar os concursos) e os casos mais constantes de perseguição a funcionários, desmandos e arbitrariedades.

CRA - No Conselho Regional de Administração, a nova presidência até ensaiou negociação neste ano. Mas por fim manteve-se alinhado entre os que só conversam na Dele-

gacia Regional do Trabalho e Tribunal Regional de Justiça. Como consequência há denúncias constantes de perseguições a funcionários, retirada de benefícios e concessões feitas por critérios não explicados a ninguém.

CROSP - O Conselho Regional de Odontologia parece ter ingressado de vez no grupo dos intransigentes. Também ensaiou neste ano uma negociação que não levou a nenhum resultado, pois a autarquia compareceu fechada nos seus propósitos e sem disposição para ouvir o sindicato.

OM e CRECI - A Ordem os Músicos já é participante veterana neste grupo no qual o CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis também insiste em se manter.

E ainda - Entre a intervenção do Poder Judiciário e a falta de vontade política de fechar o Acordo de Trabalho com o SINSEXPRO, cinco autarquias foram "esticando a corda" indefinidamente e agora avançam o ano de 2007 para o ano de 2008 com a campanha em curso, sem resultado, em permanente embate. São elas: **CREFITO** - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, **CRBioI** - Conselho Regional de Biologia, **CRBiom** - Conselho Regional de Biomedicina, **CORECON** - Conselho Regional de Economia, **COREN** - Conselho Regional de Enfermagem e **CRN** - Conselho Regional de Nutricionistas.

PCCS são avanço quando acompanhados pelo Sindicato

Os Planos de Cargos, Carreiras e Salários são considerados hoje um grande incentivo aos trabalhadores. Por isso, cada vez mais empresas de todos os portes e segmentos têm adotado esta prática como forma de organização e profissionalização de seus funcionários. O principal objetivo do PCCS é propiciar justiça e equidade interna e, principalmente, visão de futuro para o colaborador, fazendo com que este fique motivado para crescer e desenvolver-se profissionalmente. Mas, para que os trabalhadores não fiquem à mercê dos interesses do patrão, o Sindicato deve ser chamado a participar do processo. Particularmente na nossa categoria deveria ser assim, pelo princípio da transparência, mas na grande maioria das vezes, o SINSEXPRO só intervém no assunto por exigência do Ministério Público. Saiba onde o PCCS já foi implantado e como está a situação:

CREFITO

Data de assinatura - 08/03/2005

Situação - Apresentou PCCS e já está homologado. Havia pretensão (no meio do ano) de alterar. Coisa que só poderá ser feito mediante homologação no MPT e este não chamou o SINSEXPRO para se manifestar.

CRTR

Data de assinatura - 16/06/2005

Situação - Apresentou PCCS no MPT e o Sindicato ainda não foi chamado para se manifestar.

CREMESP

Data de assinatura - 16/06/2005

Situação - Apresentou PCCS, o Sindicato foi chamado e questionou o Conselho, mas o mesmo não compareceu em audiência que trataria do assunto.

CRP

Data de assinatura - 16/06/2005

Situação - PCCS homologado e em vigor.

CRMV

Data de assinatura - 22/06/2005

Situação - O Sindicato não foi notificado sobre o PCCS.

CRBiblio

Data de assinatura - 13/07/2005

Situação - O Sindicato não foi notificado sobre PCCS.

CREF

Data de assinatura - 13/07/2005

Situação - Apresentou PCCS e o Sindicato ainda não foi notificado pelo MPT.

CRQ

Data de assinatura - 26/10/2005

Situação - O PCCS foi homologado e está em vigor.

COREN

Data de assinatura - 24/04/2006 em Juízo

Situação - O Sindicato não foi notificado sobre PCCS.

CREA

Data de assinatura - 08/02/2006

Situação - O Sindicato não foi notificado sobre o PCCS e ingressou com Ação na Justiça do Trabalho para se apropriar do assunto. Depois de frustradas as tentativas no próprio Conselho e na Delegacia Regional do Trabalho, a audiência desta ação ocorreu em 06/12/07 e a juíza despachou que o MP deve se pronunciar a respeito na ação.

CRC

Data de assinatura - 11/11/2005

Situação - PCCS homologado e em vigor.

CRESS

Data de assinatura - 11/11/2005

Situação - Apresentou PCCS, o Sindicato questionou e estamos aguardando agendamento para homologação.

Ações Civis Públicas são ameaça de demissão

Os Conselhos que não assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta - TACs estão sofrendo Ações Civis Públicas para que seja definida a situação dos funcionários contratados sem concurso público. A situação é sempre de maior risco já que é a Justiça que determina o futuro destes trabalhadores, em sua maioria ameaçados de demissão. Saiba como está a situação:

AUTARQUIA	SITUAÇÃO
CROSP - Conselho Regional de Odontologia	Ação nº 03092200502602004, foi dado Tutela Antecipada para demitir os funcionários imediatamente, porém o CROSP conseguiu derrubá-la. Processo aguarda data de audiência.
COREN - Conselho Regional de Enfermagem	Assinou TAC em Juízo. Ação Transitada em julgado
Ordem dos Músicos	Ação Julgada em 1ª instância, Justiça deu ganho de causa para a OM, MPT recorreu e, em 2ª instância alterou a sentença determinando a demissão dos contratados sem concurso. Está em recurso por parte da OMB.
CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis	Ação Julgada em 1ª instância, Justiça determinou a demissão dos contratados sem concurso. Está em recurso por parte do CRECI em 2ª instância.
CRFª - Conselho Regional de Fonoaudiologia	Audiência de conciliação foi cancelada.
CRF - Conselho Regional de Farmácia	Julgamento em 1ª instância previsto para janeiro de 2008.

Autarquias insistem nas irregularidades em concursos públicos

As irregularidades em concursos públicos para contratação de funcionários ainda são prática comum em algumas autarquias. Atento a este lamentável quadro, o Sindicato não deixa de denunciar quando percebe a má intenção. Veja abaixo os casos mais recentes envolvendo quatro Conselhos:

CRECI - O Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI publicou novo edital de concursos com as mes-

mas irregularidades dos anteriores. Por isso, foi novamente denunciado pelo SINSEXPRO. A diferença é que, agora, essas denúncias começam a chamar atenção. O Sindicato pediu ao Ministério Público do Trabalho - MPT e ao Ministério Público Federal - MPF que apurassem possível irregularidade da empresa responsável pelo concurso. Como o presidente do Conselho não assinou o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o MPT para regulamentar as contratações, a denúncia passou a integrar a Ação Civil Pública movida pelo MPT contra o CRECI. Agora, será apurada no âmbito da Justiça do Trabalho.

A empresa responsável pelo concurso da autarquia chama-se LBO, por coincidência, ou não, justamente as iniciais de Luiz Bernardes Oliveira, ex-funcionário de RH do Conselho que, inclusive, reside na Praia Grande, litoral de SP, onde também reside o presidente do conselho. Foram tantas as denúncias referentes a este assunto que o próprio Jornal dos Concursos e Empregos, publicação especializada da área, decidiu não divulgar o edital da autarquia, que oferece 98 vagas imediatas e 360 de cadastro reserva. O editorial da edição 1.400 do JC&E, de 29/09/07 a 05/10/07, sob o título



“CRECI e LBO se explicam aos leitores”, trazia esclarecimentos dos representantes do Conselho e da LBO. O Conselho, nunca é demais lembrar, é presidido por José Augusto Viana, também presidente da Câmara dos Conselhos e Ordens de Fiscalização, o popular “Conselhão”.

CRF - No Conselho Regional de Farmácia, o Sindicato questionou que, em concurso público, não há prazo de experiência de 90 dias. Além disso, a forma de contratação na entrevista era de caráter eliminatório, o que podia-se entender ser de caráter subjetivo beneficiando o candidato de interesse da autarquia, pois normalmente a entrevista não tem essa finalidade. O concurso está em andamento, mas a qualquer momento o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal devem se pronunciar.

COREN - Causou agitação a suspensão das contratações de pessoas que prestaram concurso no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, quando o SINSEXPRO atendeu diversas consultas de funcionários, ex-funcionários e pessoas aprovadas, que queriam saber o motivo da suspensão das chamadas. A resposta é que o MPT determinou que acertos fossem feitos, mas ao que parece, a si-

tuação já foi normalizada, porque o Conselho está contratando os concursados. Em recente decisão, o Ministério Público do Trabalho - MPT mandou o Conselho anular o concurso de 2005 e os contratos firmados, sob pena de multa de acordo judicial firmado. Os principais motivos que levaram ao pedido de anulação são a não observância da cota prevista em lei para portadores de necessidades especiais e a previsão de avaliação psicológica dos candidatos.

COFEN - Acusado de chefiar uma organização criminosa que teria desviado cerca de R\$ 50 milhões da autarquia, o ex-presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Gilberto Linares Teixeira, preso com mais 14 acusados na Operação Predador da Polícia Federal em janeiro de 2005, vai continuar encarcerado. A investigação identificou uma série de dirigentes do COFEN que atuavam em licitações fraudulentas por meio de direcionamento na escolha da proposta vencedora para uma empresa vinculada à quadrilha ou pelo superfaturamento do preço final. A chamada Operação Predador foi deflagrada depois de investigações realizadas a partir de um inquérito da Delegacia Fazendária, de 1998.

Fique atento ao calendário de vestibulares

O SINSEXPRO mantém convênio com diversas universidades e faculdades que oferecem descontos especiais de 5% a 56% nas mensalidades. O benefício é válido para os filiados do Sindicato e extensivo aos seus dependentes. Para quem pretende ingressar em uma dessas instituições em 2008, é

preciso ficar atento ao calendário dos vestibulares. No site do Sindicato há informações atualizadas sobre todas as faculdades e universidades. Aproveite para consultar também os demais convênios nas áreas de saúde, lazer e serviços oferecidos aos sindicalizados - www.sinsexpro.org.

Mensagem do SINSEXPRO

No ano de 2007 a sociedade brasileira avançou muito no aprendizado de um fundamental conceito - CIDADANIA. A duras penas, os brasileiros vão aprendendo que é com união em torno de um propósito e ação organizada que eles vão interferir nas decisões de todas as esferas da sociedade. As crises - políticas, aérea, de infra-estrutura etc - e o debate sobre a hegemonia do estado e/ou da iniciativa privada no controle dos serviços públicos (saúde, segurança, educação etc) colocam o CIDADÃO no centro dos acontecimentos. O brasileiro já sabe que não basta o voto direto; é preciso participar da gestão do político que elegeu. É preciso se informar e agregar forças com seu semelhante, numa luta que é de todos. Neste ano de alegrias e tristezas para a nossa categoria, o SINSEXPRO referendou seu papel como agente de construção dessa cidadania, espaço de organização e luta dos trabalhadores que representa. É tempo de refletir sobre os acontecimentos, a nossa jornada, nossos acertos e erros e concluir ao final que crescemos e aprendemos. Por isso, agradecemos aos companheiros que acreditaram e confiaram em nosso trabalho. Desejamos que este Natal e o Novo Ano revitalizem nossa força e união para a construção de um mundo melhor.



————— ✨ —————

*À toda nossa base e suas famílias,
Feliz Natal e um Ano Novo de muitas conquistas!*